

Este facto deve ser enaltecido, pois, apesar de não possuir experiência anterior nesta área, conseguiu com grande empenho, dedicação, capacidade de trabalho e espírito de missão adquirir os conhecimentos indispensáveis para dar resposta pronta à tarefa que lhe foi atribuída.

De realçar a sua contribuição na preparação da visita no mesmo âmbito realizado por um grupo de representantes de várias entidades da NATO, que Portugal organizou no corrente ano, nomeadamente nos contactos preparatórios com estas entidades, onde manifestou excelentes dotes de carácter, grande qualidade de trabalho e aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias.

De realçar ainda a excelente colaboração com a chefia em todos os aspectos relacionados com assuntos de Marinha, mesmo fora de área da sua responsabilidade.

É pois de inteira justiça reconhecer publicamente como distintos, relevantes e de elevado mérito os serviços prestados por este oficial, que contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Direcção-Geral de Infra-Estruturas.

6 de Julho de 2007. — A Directora-Geral, *Clarinda Mendes de Sousa*.

MARINHA

Superintendência dos Serviços de Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Militarizados e Civis

Despacho (extracto) n.º 17 379/2007

Por despacho de 23 de Maio de 2007 do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, por delegação do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, foi transferida para o quadro do pessoal civil da Marinha, para a mesma categoria e escalão, Maria Avelina Vala Marques Lopes, assistente administrativa especialista do escalão 1, índice 269, do quadro de pessoal do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, com efeitos a 1 de Junho de 2007.

Esta transferência determina a exoneração do anterior lugar, com efeitos à mesma data.

12 de Julho de 2007. — O Chefe da Repartição, *Emanuel José de Pinto e Lobo*, capitão-de-mar-e-guerra.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Despacho n.º 17 380/2007

Subdelegação de competências

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, nos termos dos n.ºs 11 e 11.2 do despacho n.º 1713/2007, de 15 de Janeiro, do tenente-general comandante-geral, subdelego no comandante do 3.º Esquadrão do Regimento de Cavalaria, capitão de cavalaria Pedro Miguel Rico Ramalho, as competências relativas aos seguintes actos de gestão orçamental e de realização de despesas:

a) Autorizar as despesas que hajam de efectuar-se com empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços até ao limite de € 5000, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

b) Autorizar as despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais, legalmente aprovados, até ao montante de € 10 000, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

c) Autorizar deslocações em serviço que decorram em território nacional, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, e os reembolsos que forem devidos nos termos legais.

2 — A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avocação e superintendência.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 12 de Março de 2007.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados até à publicação do presente despacho no *Diário da República*.

4 de Julho de 2007. — O Comandante, *Gil Herberto e Edgar de Freitas Armada de Menezes*, coronel de cavalaria.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Comando Metropolitano do Porto

Despacho n.º 17 381/2007

1 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 13.º, n.º 3, da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, e dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, subdelego no 2.º comandante do Comando Metropolitano do Porto da Polícia de Segurança Pública, intendente Abílio Pinto Vieira, as competências que me foram delegadas pelo director nacional da PSP através do despacho n.º 17 087/2005 (2.ª série), de 9 de Agosto, para praticar os seguintes actos:

a) Conceder licenças até 30 dias, com excepção da licença sem vencimento;

b) Autorizar, nos termos da lei e demais orientações superiores, os benefícios do Estatuto do Trabalhador-Estudante;

c) Justificar e injustificar faltas do pessoal com funções policiais até ao posto de comissário, inclusive, e do pessoal com funções não policiais;

d) Aprovar o plano de férias, de acordo com orientações superiormente definidas;

e) Autorizar o início das férias;

f) Autorizar deslocações normais em território nacional, de acordo com orientações superiormente definidas;

g) Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 4987,98, no âmbito do Comando Metropolitano do Porto, com consulta prévia a, pelo menos, duas entidades, sempre que o valor o justifique.

2 — Nos termos do preceituado no artigo 60.º da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, e no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no referido oficial a competência para a prática dos seguintes actos:

a) Colocar e transferir pessoal com funções policiais e não policiais, excepto oficiais e quadros técnicos superiores, de acordo com as necessidades de serviço;

b) Presidir à Junta de Saúde do Comando Metropolitano do Porto, nos termos do preceituado no despacho n.º 23 133/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 14 de Novembro de 2006, proferido pelo director nacional da PSP;

c) Subdelegar nos chefes de área e de núcleo e nos comandantes de divisão e de secção e do Destacamento do Corpo de Intervenção as competências que lhe foram delegadas ou subdelegadas.

3 — Ratifico, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados pelo referido oficial até à publicação do presente despacho, no âmbito das matérias delegadas ou subdelegadas.

16 de Abril de 2007. — O Comandante, *José Gomes Pereira*.

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 17 382/2007

Por despacho de 29 de Junho de 2007 da directora nacional-adjunta, para a área de Recursos Humanos, proferido no uso da competência subdelegada, foi autorizado o regresso à efectividade de serviço, na qualidade de supranumerário, do subcomissário M/148065, Orlando Fachadas Ferreira, com destino ao Comando de Polícia de Segurança Pública de Faro.

3 de Julho de 2007. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

Despacho (extracto) n.º 17 383/2007

Por despacho de 28 de Junho de 2007 do director nacional da PSP, proferido no uso da competência delegada pelo despacho n.º 13 626/2005, são nomeados no posto de subcomissário, do quadro

do pessoal com funções policiais, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 5.º, n.ºs 1 e 2, 34.º, n.º 1, do Estatuto do Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro, com efeitos reportados a 1 de Julho de 2007, os seguintes aspirantes:

M/147728, Paulo Sérgio Jorge Madaleno (a).
 M/148367, Helga Cunha Fiuzza Bento (a).
 M/146974, Rui Emanuel Neves Figueira Santos (a).
 M/146929, Sérgio José Nobre Alexandre Saldanha (a).
 M/147014, Miguel Ângelo Ferreira Araújo (a).
 M/147230, Nuno Fernandes Gonçalves (a).
 M/146954, Cláudia Cristina Silva Andrade (a).
 M/146227, Óscar Fernandes Sanches (a).
 M/150507, Ricardo Jorge Caldas Pereira (b).
 M/150508, Filipe Alexandre Pinto Silva (b).
 M/150512, Adriano Ferreira Magalhães (b).
 M/150513, Paulo Jorge Campos Graça (b).
 M/150509, Luís Miguel Mealha Guerreiro Martins (b).
 M/145289, Paulo Rui Costa Morgado (a).
 M/150514, David Almeida Silva (b).
 M/145584, David Miguel Machado Vieira (a).
 M/147012, Nuno Miguel Anastácio Almeida (a).
 M/150511, Ricardo Manuel Santos Duarte (b).
 M/146776, Maria Angelina Moreira Ribeiro (a).
 M/147965, Marco Paulo Jesus Martins (a).
 M/147213, Leandro Manuel Barbosa Andrade (a).

(a) Nomeação em comissão de serviço, nos termos do n.º 1, alínea c), do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, por um ano, sendo remunerados pelo índice 240.

(b) Nomeação provisória por um ano, nos termos dos artigos 5.º, n.ºs 1 e 2, do Estatuto do Pessoal da PSP, e 6.º, alínea c), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, sendo remunerados pelo índice 215, nos termos do n.º 4 do artigo 52.º do mesmo Estatuto.

3 de Julho de 2007. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*, intendente.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 14 245/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Levi Paulo da Silva, natural de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 29 de Abril de 1948, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 246/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a António Roberto Pina da Veiga, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 28 de Junho de 1969, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 247/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Helder José Domingos, natural de São Paulo — Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 19 de Novembro de 1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 248/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Amélia Dengué, natural de Kuanza Sul, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 13 de Maio de 1944, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 249/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Angelina Dafá, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 1 de Fevereiro de 1970, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 250/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Cândida Lopes Fernandes, natural de Nossa Senhora da Graça, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 6 de Setembro de 1949, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 251/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fátima Maria Granato do Nascimento, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 20 de Novembro de 1970, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Louvor n.º 410/2007

No momento em que cessa funções como coordenadora da Unidade de Compras do Ministério da Justiça, cumpre-me manifestar público louvor à Dr.ª Manuela Veríssimo pela dedicação, competência, lealdade e elevado sentido de responsabilidade profissional com que desempenhou as suas funções.

As suas qualidades pessoais, aliadas aos profundos conhecimentos técnicos que possui e a uma notável capacidade de relacionamento humano e de liderança, contribuíram, de forma decisiva, para os bons resultados alcançados pela Unidade de Compras do Ministério.

Assim, muito me apraz reconhecer o desempenho da Dr.ª Maria Manuela Paulo dos Santos Veríssimo Rodrigues Mendes como muito meritório e torná-lo público através do presente louvor.

5 de Julho de 2007. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.